

8 FEV 1988

William Waack

Sem que se emita qualquer juízo de valor, vale a pena sintetizar alguns fatos envolvendo o Brasil e a negociação de sua dívida externa.

O país decretou há quase um ano uma moratória sobre o pagamento de juros, com o objetivo declarado de poupar suas reservas e manter recursos para investir em desenvolvimento. Agora, suspende a moratória com as reservas mais ou menos no mesmo (mau) estado, sem recursos financeiros para investir e, além de tudo, perdendo 1 bilhão de dólares a títulos diversos.

As autoridades justificaram a decretação da moratória com o imperativo de obrigar os credores a oferecer alternativas melhores e a prazo mais longo, pretendendo ao mesmo tempo modificar alguns dos padrões habituais da renegociação de débitos de países como o Brasil. Agora, proclamam que é chegada a hora de normalizar as relações do país com a comunidade financeira internacional, sem que concessões substanciais ou significativas alterações de posição, por parte dos credores, tenham se materializado.

Igualmente sem tentar estabelecer qualquer julgamento, é conveniente lembrar que, desde 1985, tem sido a posição declarada do governo brasileiro não envolver o Fundo Monetário Internacional na renegociação de seu débito; já que isto poderia incluir formas de monitoramento da economia que Brasília considera intoleráveis. Ainda em fevereiro deste ano, uma equipe de técnicos brasileiros se reuniu com uma comissão do FMI, em Washington, para discutir a política econômica doméstica (do Brasil, é claro) e averiguar as eventuais diferenças. O objetivo é a assinatura de um acordo *stand by*, exatamente do tipo que diversos ministros da Fazenda afirmaram que nunca fechariam.

Ainda apenas no terreno da constatação dos fatos, sem tentar apontar *culpas*, erros ou omissões, cumpre recordar que a maior parte dos argumentos que o governo agora invoca para suspender a moratória e promover a conciliação com os credores (a saber: prejuízos financeiros e perda de credibilidade) já haviam sido brandidos pelos críticos no exato dia em que o presidente Sarney, a 20 de fevereiro de 1987, decretava a suspensão do pagamento dos juros. Naquela época, contudo, o presidente não queria saber de críticas, cuja manifestação qualificou de antipatriótica.

Essa listagem poderia seguir adiante, incluindo talvez as propostas de renegociar a dívida de maneira não ortodoxa

através da *securitização* (troca de títulos por outros, levando-se em conta o deságio e oferecendo alguma garantia aos novos papéis). Elas eram o carro-chefe da estratégia brasileira há alguns meses, mas caíram agora para a condição de instrumento *eventual*.

Alguns dirão que, diante de tantas evidências, nada mais resta do que denunciar a capitulação do governo brasileiro frente aos seus credores — e é difícil retirar a essas vozes sua grande dose de razão. De fato, medida pelas próprias palavras do governo Sarney, a renegociação da dívida é um grande desastre financeiro e político.

Outros argumentarão que *cair na real* é sempre melhor do que insistir numa atitude com pouquíssima perspectiva de êxito. Em comum, as duas linhas de raciocínio especulam que interesses políticos imediatos — mais uma vez — determinaram nova correção de rumo na renegociação da dívida. Mais uma vez, todos têm razão.

O rescaldo desse ano de trambolhões, porém, revela que exatamente essas trombadas acabaram, na prática, modificando alguns elementos no panorama internacional. A moratória brasileira, por mais capenga e malpreparada que tenha sido, obrigou os bancos a se moverem e até beneficiou alguns terceiros (como Argentina e Filipinas), que assinaram acordos em boa situação devido ao pânico, em Washington, da simultaneidade de crises agudas de endividamento.

Não se trata aqui de argumentar com a maior ou menor *compreensão* dos credores em relação aos problemas brasileiros. Mas, sim, de constatar mais um fato: parece haver uma convergência de interesses entre o Brasil e seus credores no sentido de soluções mais duradouras e em condições talvez mais brandas. *Talvez*, porque isto depende sobretudo da capacidade de negociação e barganha brasileira, que são fruto direto de sua política doméstica e da seriedade dos propósitos de seu governo. Até agora, ele não demonstrou qualquer eficácia.

Os negociadores brasileiros preferem acreditar que, agora, talvez possam tirar algumas vantagens dessas mudanças que seus antecessores provocaram (conscientemente ou não). Estão preparados para agüentar uma avalanche de críticas — sem negar-lhes validade, aliás. A ironia de tudo isto é a de que, virando-se o papel de cabeça para baixo ou do avesso, o resultado prático é quase o mesmo: o Brasil voltou quase ao ponto onde Delfim Netto e Affonso Celso Pastore o largaram, em termos de dívida externa, em janeiro de 1985.